

Travesti na Periferia do Capitalismo: Arranjos entre Abjeção, Mídia e Necropolítica ¹

Ribamar José de Oliveira Junior²

Rosana Costa de Sousa³

Leda Mendes Gimbo ⁴

Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, CE

Resumo

O objetivo do artigo é analisar o caso da travesti Dandara dos Santos, 42, morta no dia 15 de fevereiro em Fortaleza, como ferramenta para abranger a funcionalidade da necropolítica e seu reflexo na periferia do capitalismo, conceito discutido por Achille Mbembé. Além disso, tecer relações entre a abjeção e o conceito de Butler sobre a materialidade e controle do corpo numa perspectiva biopolítica, conforme conceito proposto por Michel Foucault. O trabalho discute a produção de subjetividade das travestilidades e a forma como essa forma de vida é socialmente rechaçada, submetida à barbárie e políticas de extermínio.

Palavras-chave: Travesti; Comunicação; Necropolítica.

INTRODUÇÃO

Apesar de pouco conhecido no Brasil, o cientista social e historiador africano Achille Mbembé (1957), possui uma obra voltada para o pensamento pós-colonial e tece noções sobre o conceito de necropolítica — entendido como uma política situada na produção da morte em larga escala frente a crise sistêmica da periferia do capitalismo — que se encaixa no contexto brasileiro de violência urbana. O autor se refere à “destruição material dos corpos e populações humanos julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2012, p. 135).

A partir desse conceito, explanado primeiramente em francês no ano de 2003 na revista americana *Public Culture*, *Necropolitics* e republicado no ano de 2008 em *Foucault in an Age of Terror: Essays on Biopolitics and the Defense of Society*, organizado por Stephen Morton e Stephen Bygrave, o artigo propõe uma análise da crítica social diante do caso que teve repercussão nacional e internacional na mídia hegemônica, sobre a morte da travesti Dandara dos Santos, assassinada brutalmente no dia 15 de fevereiro no bairro Bom Jardim, periferia da cidade de Fortaleza, Ceará.

¹ Artigo apresentado no DT8- Estudos Interdisciplinares do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 29 de junho a 1 de julho de 2017 e revisado por Sauanny Lima (UFCA)

² Estudante do 7º período de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA)

³ Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri (UFCA)

⁴ Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), docente no curso de Psicologia da Faculdade Vale do Salgado (FVS).

Os desdobramentos sobre a noção de necropolítica tocam nos referenciais teóricos de Foucault (2009) sobre a produção de subjetividade do poder frente às formas sociais no sistema capitalista. A teoria social foucaultiana discute as ferramentas de governo, as maneiras de reger e controlar corpos de indivíduos (biopolítica) e coletividades (anatomopolítica). Na perspectiva do biopoder, “o homem moderno é um animal em cuja política sua vida de ser vivo está em questão” (2008, p. 155). A travestilidade, ao desafiar o corpo disciplinado, e por ser um fenômeno contemporâneo em relação a corporeidade do sujeito no contexto do capitalismo tardio aponta os rumos para a compreensão da *teoria crítica periférica*.

Distante do pensamento eurocentrado, a noção de biopolítica desliza para a necropolítica no eixo de desvelamento do corpo travesti que se inscreve, na sociedade contemporânea, enquanto corpo abjeto, conforme as discussões de Butler (2011). A relação desses corpos com os mecanismos de governo e controle sociais, ganham caráter discursivo, produzem discursos, no mesmo movimento em que se convertem em fatos/dados políticos, dotados de fisicidade. O corpo de Dandara só se materializou, ou seja, o discurso engendra materialidade para construção de si e provoca reverberação social, após a disseminação da gravação do vídeo nas mídias. Antes disso, o que aconteceu a Dandara restringe-se à vida nua (zoé), desprovida de qualquer valor de troca, tal qual o judeu no campo de concentração, reduzido a valor zero e despojado de todos seus valores de uso “assinala o ponto em que a biopolítica converte-se necessariamente em tanatopolítica” (AGAMBEN, 2010, p. 138).

Sendo o país que mais mata travestis e transexuais, segundo pesquisa realizada em 2014 pela organização não governamental (ONG) Transgender Europe (TGEU), o Brasil é um exemplo de funcionalidade no âmbito da violência urbana da periferia do capitalismo, operacionalizando o conceito de necropolítica de corpos queer.

1. INVENÇÃO DE SUJEITO E CORPO ABJETO

O debate de gênero, portanto, é político, estratégico, sofre influência decisória do capital, a partir da expansão do sistema econômico vigente. Como afirma Spargo (2006, p.17), desde o século XIX “essas ‘tecnologias do sexo’ tinham por objetivo preservar e fomentar uma população (ou força de trabalho) produtiva e procriadora que ia ao encontro das necessidades de um sistema capitalista em desenvolvimento”. Ou seja, a inauguração da categoria ‘homossexual’ no século XIX vinha de acordo com a

expansão do sistema capitalista e visava prioritariamente o controle do corpo homossexual. No que Foucault antecipa:

É o diagrama de um poder que não atua no exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista (FOUCAULT, 2008a, p. 17).

Foucault (2014) argumenta que não é possível falar de homossexualidade antes do século XIX porque quem organiza esse discurso dentro de um sujeito chamado ‘o homossexual’ é a ciência moderna. Como Spargo explica as palavras de Foucault, o homossexual “era sujeito de, e sujeito a investigação sistemática num vasto leque de campos discursivos, incluindo a demografia, a educação e o direito, que estavam preocupados em proteger a saúde e a pureza da população” (SPARGO, 2006, p. 18). Foucault diz que não é possível citar o homossexual porque até o século XIX não existia a produção desse sujeito.

Esquemas lineares e simples não permitem compreender o modo singular de atenção que, no século IV, se dava ao amor pelos rapazes. É preciso tentar retomar essa questão em outros termos que não o da ‘tolerância’ a respeito da ‘homossexualidade’” (FOUCAULT, 2014, p. 236).

Até aquele momento existiam pessoas que eram condenadas à fogueira por práticas sodomitas, por exemplo, dentro do contexto das sociedades cristãs, quando o pecado vira doença e o comportamento vira identidade. Então, a partir da modernidade percebemos a construção de um tipo ideal de ser humano, não é o homem que inventa a realidade, é a ciência que inventa o homem, essa noção de sujeito centrado, dono da sua percepção. É a modernidade que entroniza a razão como o ápice do humanismo, então o homem utiliza a razão, não mais a religião, para explicar a realidade, constituindo o pensamento racional. E essa noção de ser humano é bastante restrita, quem fica fora dessa regra fica fora do humano, o que a teoria *queer* chama de abjeção. Colling diz que “os abjetos são pessoas que não gozam do estatuto de humanos e, por isso, podem ser violentadas” (COLLING, 2012, p. 125).

O intuito da heteronormatividade em padronizar e excluir o diferente é completamente divergente das estratégias políticas e de emancipação da teoria *queer*. Segundo o conceito de Miskolci, “a heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de

violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente as normas de gênero” (2012, p. 47). Complementando, para os estudos *queer*, de acordo com Spargo (2006), não há a tentativa de “desconsiderar ou inverter a oposição, a teoria *queer* pode ser entendida como o exame das maneiras pelas quais essa oposição moderou hierarquias morais e políticas de saber e poder” (SPARGO, 2006, p. 44). Ou seja, não há aqui a intenção de sobrepor um sujeito ao outro, mas de desconstruir a hierarquia pautada pela heterossexualidade compulsória⁵.

Nessa perspectiva de quem produz os discursos, o poder se torna fruto da relação de um centro que se coloca como normal e produz uma periferia, gerando o lugar necessário de ‘anormal’ para que a subjetividade-centro, nomeativa, se mantenha e se institucionalize como ‘normal’ configurando uma relação de poder. É dessa maneira que a abjeção é constituída, a travesti não está nem na heterossexualidade nem na homossexualidade, nem no homem, nem na mulher. A heterossexualidade possui o interesse exclusivo na masculinidade e feminilidade no modo convencional dos termos.

Então, a heterossexualidade seria o lugar dominador com relação às práticas sexuais e a homossexualidade o ocuparia o lugar dominado, porém, dentro dessa relação existe algo que não está nem na ordem do discurso, que constitui o fora, o abjeto. Aquilo que não é sequer nomeado, não deveria nem existir, em nossa análise: a travesti. Nesse ponto, existe a quebra da teoria foucaultiana com a modernidade sustentada na dialética, nos binarismos opostos, na noção de senhor-escravo conforme Butler (2016).

Prosseguindo a leitura foucaultiana, o filósofo começa a dar visibilidade a essas zonas da vida que não são sequer nomeadas: o louco, o prisioneiro, gay, pervertido, as práticas não ortodoxas de sexualidade. Para ele, as relações de poder são produtos e produtoras dos discursos, engendradas uma na outra a prática discursiva e a de poder operam sobre os modos de subjetivação (FOUCAULT, 2003). Se atenta ao que não está sequer na ordem do discurso.

Os corpos *queer*, então, são aqueles que estão fora das margens do que seria ‘inteligível’, daquilo que pode ser compreendido dentro das normas, normas estas, como vimos, criadas pelas instituições, pelos dispositivos disciplinares. No caso das travestis e transexuais, há ainda mais a definição de lugares subalternos na sociedade devido à caracterização padronizada que cada corpo ‘deve’ seguir. Existe a ideia de que para ser

⁵ Heterossexualidade compulsória é termo cunhado por Adrienne Rich (1980) em argumentação sobre a orientação sexual lésbica. Designa a obrigação de se desejar o sexo oposto.

de fato considerada mulher, a transexual precisa obrigatoriamente sentir o desejo de realizar a cirurgia de redesignação sexual e a travesti não, mas isso nem sempre ocorre porque existem as inúmeras especificidades de cada indivíduo.

Foucault influenciou amplamente o desenvolvimento da teoria *queer* e dos estudos com perspectiva desconstrucionista. Aqui, o que apropriamos dos seus estudos da primeira fase é como se dedica em *A Ordem do Discurso* (1970), *As Palavras e as Coisas* (1966) e *História da Loucura* (1961) a investigar como a ciência produz/inventa sujeitos, como o saber é capaz de fabricar o homem. Em suas obras desse período, Foucault traça uma espécie de genealogia do poder e se preocupa exatamente em compreender como a ciência se torna um elemento dentro dos dispositivos de poder que disciplina nossos corpos, torna nossos corpos economicamente úteis e politicamente dóceis. Em seus termos se caracteriza, portanto, como sendo

Uma “anatomia política” que é também igualmente uma “mecânica do poder” está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 2000, p. 135).

Direcionando o debate para a perspectiva de quem produz os discursos de poder e a relação de um centro que se institucionaliza como ‘normal’, a produção da periferia em que configura a relação de poder entre o que é considerado anormal, comunga com a análise do caso Dandara e pode se aplicar ao conjunto da periferia do capitalismo, principalmente quando é notória o fenômeno das “massas supérfluas” que vivem expulsos dos arranjos socioeconômicos.

Utilizando o conceito de ‘dispositivo’ em Bentham, Foucault desenvolve a lógica de ‘dispositivos de controle’, onde as instituições possuem modelo arquitetônico bastante parecido. Na obra, o pensador francês analisa prisão, escola, fábrica, exército e hospital, cinco instituições que a modernidade inventa para adestrar os nossos corpos, nos tornar economicamente úteis para o capital e politicamente dóceis para não resistir à dominação. Como questiona em *História da sexualidade*, volume I,

Toda esta atenção loquaz com que nos alvoroçamos em torno da sexualidade, há dois ou três séculos, não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente

conservadora? (FOUCAULT, 2006, p. 43-44)

Foucault (2000b, p.61), destaca que “o panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens. Funciona, desse modo, com mais eficácia do que o poder violento, físico, de controle dos corpos. As diferenças entre materialidade e imaterialidade do dispositivo se explicam dessa maneira para Dalmonte:

Enquanto elemento concreto, na verdade, o panóptico opera com base na ideia de vigilância decorrente de sua estrutura, ocasionada pelo dispositivo, representado pela visibilidade, que assegura ao observador a capacidade de ver e fragiliza o observado, que pode ser devassado a qualquer momento. O dispositivo, portanto, decorre de uma estrutura física, mas opera no campo das ideias, buscando-se um consenso em benefício da maioria, o que é próprio da filosofia utilitarista. (DALMONTE, 2000, p. 61)

Nos meios de comunicação a mensuração objetiva do controle exercido se dá pela materialidade na própria discursividade, Dalmonte (2000, p. 62) diz que “na comunicação midiática, o dispositivo se faz presente na mesma perspectiva” que as instituições de controle dos corpos citadas anteriormente. Dalmonte aponta as relações entre materialidade e imaterialidade do discurso midiático segundo os dispositivos de apelo de Véron (1985) “títulos, subtítulos, chapéus etc.”, de modo que títulos, por exemplo, enquanto grafia, não são apenas físicos, mas se tornam “elementos capazes de operacionalizar um conjunto de sentimentos/sensações quanto ao que indicam” (VÉRON, 2000, p. 62).

No entanto, Foucault não se pergunta como nós resistimos a esse processo nem quais são as estratégias de resistência perante o poder (a teoria *queer* faz isso), seu objeto é perguntar quais são os efeitos desse poder sobre os corpos quando eles são introduzidos na vida. Preocupa-se em desvendar quais são os mecanismos de dominação. O poder cria os corpos, por exemplo, quando o médico diz se é menina ou menino, a partir do nascimento já somos compelidos a sermos o que esperam de nós, o que nos dizem que somos.

É na perspectiva de análise dos resultados do exercício de poder sobre as formas de vida que podemos pensar em como o discurso médico criou o termo homossexual, quando o médico húngaro Karoly Maria Kertbenyo o utilizou pela primeira vez, em

1896, para designar as pessoas do mesmo sexo/gênero que se relacionam. Encontramos reforço nessa argumentação pelas palavras de Judith Butler que explica:

A situação do discurso consiste no fato de que a linguagem chega como um endereçamento que não desejamos e pelo qual somos, num sentido original, capturados, para não dizer – segundo os termos do próprio Levinas – feito cativos. Portanto, já há certa violência quando somos remetidos a um discurso, nomeados, submetidos a uma série de imposições, compelidos a responder a uma alteridade exigente. (BUTLER, 2011, p. 23)

Em Foucault o gênero não aparece como um dado da realidade em si, não existe antes da linguagem. A identidade de gênero é efeito do poder. Não é o homem que exerce o poder, o poder que inventa o homem. E antes desse homem dizer o que é masculino e feminino existe um mundo estruturado, inclusive antes de ele próprio entrar no mundo. Só pode existir enquanto homem se ele se adequar a essas regras cristalizadas que o torna inteligível ante a sociedade, isto se relaciona a noção de performatividade de Butler (2011), citada brevemente no início deste estudo. Spargo (2006) alerta para o uso indevido do conceito de performatividade, para ela “no senso comum, a performatividade é muitas vezes mal interpretada como performance.

2. BIOPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA NO CASO DANDARA

Na argumentação de Mbembe (2014), há enlaces foucaultianos fincados diante do que é entendido como biopoder, esse domínio da vida sobre a qual o poder tem estabelecido controle. O ensaio sobre necropolítica, plantea a hipótese de que a última expressão de soberania reside amplamente em o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Para o autor, fazer viver ou fazer morrer, constitui os limites da soberania e seus atributos.

A proposta, de acordo com Mbembe (2014), se distancia das considerações tradicionais sobre a soberania que se dão as ciências políticas e das relações internacionais, se aproxima mais a crítica foucaultiana as noções de soberania circuncidadas pelo biopoder e as relações com a guerra. O poder, que não é necessariamente um poder estatal, faz referência contínua e invoca a exceção, a urgência e a noção ficcional de inimigo.

O ponto chave para compreender a argumentação de Mbembe (2014) é compreender como o exercício do biopoder dentro da periferia do capitalismo, parece decidir e controlar quem deve morrer ou viver, quais vidas importam.

Este controle pressupõe a distribuição da espécie humana em diferentes grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma ruptura biológica entre uns e outros (MBEMB, 2014, p. 22)

Tomando o racismo como exemplo, o autor desenha um esquema de entendimento influenciado pela perspectiva de alteridade em Hanna Arendt, a propósito do caráter espectral que há no mundo entre a nação e raça. O racismo é entendido na obra, como uma tecnologia que pretende permitir o direito de exercício do biopoder, visto em uma passagem como o direito soberano de matar. No nosso trabalho, a travestifobia, relacionada dentro do aspecto do racismo, parece se relacionar com esse arquétipo de uma formação dos mecanismos de biopoder inscritos na forma com que funciona os Estados modernos.

Corroborando o pensamento de Foucault sobre o Estado nazi, como exemplo de Estado que exerce o direito de matar, o autor pontua que dentro da economia do biopoder, a função do racismo consiste em regular a distribuição de mortes, pondo em jogo as possibilidades das funções mortíferas do Estado e a condição e aceitabilidade da matança. A travestifobia, no caso é entendida como um atentado a ordem e se relaciona com as formas do poder de atuar no campo biológico e social. Por isso, a produção de subjetividade das travestilidades acabam negligenciadas e desarranjadas do setor socioeconômicos, se rendendo a marginalização e as relações de silenciamento.

A necropolítica atua como reconhecimento da percepção de que a existência do Outro, não importa, segue o rebanho de “massas supérfluas” por não possuir efeito produtivo, romper com a disciplina da biopolítica e com a ordem discursiva, mas que ao mesmo tempo, a existência do Outro é um atentado a vida. Se o diálogo entre o desejo e a instituição apresentado por Foucault em *A ordem do discurso* (FOUCAULT, 1996) pauta que a instituição não pode lidar com o desejo, pelo fato do mesmo não se inserir numa ordem discursiva, a travestilidade controlada pelo discurso, acaba invalidada e quando validada, codificada a maneira da instituição.

Parte daí que Hilário (2015), defende dentro do conceito de necropolítica, a possibilidade e pertinência de uma crítica radical ao século XXI, tendo em mente a crise sistêmica do arranjo do Estado e do Bem-Estar Social no dinâmica econômica do plano neoliberal, uma teoria crítica periférica como ponto para entender o mundo atual. A consideração final dele é entender

A questão da crise sistêmica atual e de como a necropolítica se apresenta como a forma da política adequada ao declínio da forma social capitalista, no sentido de exercer a função de manter esta sociedade minimamente firme numa época marcada por sua decomposição (HILÁRIO, 2015 p.196).

Hilário aponta as variações foucaultianas para analisar as formas com que o poder voga dentro da periferia do capitalismo para explicar processos de barbárie em curso em países como o Brasil. Aqui, vamos elucidar o fato do país ser o que mais mata travestis e transexuais no mundo e refletir sobre a materialidade do corpo no discurso midiático, tendo como base a repercussão midiática do vídeo em que transmite a morte da travesti Dandara dos Santos, 42, assassinada brutalmente na periferia de Fortaleza no dia 15 de fevereiro de 2016, para se evidenciar a funcionalidade da necropolítica.

Se para Foucault (2010), o governo é entendido como o conjunto das instituições e práticas guiadas por procedimentos, técnicas e métodos que garante a orientação dos homens, uns pelos outros, e as instituições atuam em conflito com o desejo e a ordem do discurso, podendo ser invalidada dentro da esfera pública, como pensar a questão da segurança das populações e a produção de vidas das coletividades marginalizadas?

As travestis fora do eixo da política voltada para a produção da vida, atalham dentro do dispensável pelo processo produtivo amplo, assim como aqueles que “são expulsos e jogados no mercado informal e precário, nas margens da cidade etc”. De acordo com Hilário, a necropolítica parece cada vez mais com aquilo que Marx (1988) chamou de “trabalho morto” (isto é, força de trabalho que se acumula na forma de máquinas) e, assim, passa a descartabilizar sujeitos agora tornado supérfluos, dispensáveis, sobrantes.

Voltando ao conceito de Foucault sobre biopoder e agora pontuando o termo biopolítica — a forma na qual o poder tende a se alterar no final do século XIX e início do século XX e as práticas disciplinares usadas para governar populações — Achille Mbemb vem considerar diante do fato social atual que “em termos de política, isso se traduz na passagem da biopolítica para uma necropolítica (MBEMBE, 2014).

Para compreender a noção de necropolítica de corpos queer, iremos utilizar como ferramenta de análise crítica da representação midiáticas inserida no discurso na mídia hegemônica sobre vídeo do assassinato de Dandara. Se por um lado a imagética de travesti é materializada diante biopoder na ordem discursiva da mídia apenas após o registro viral na internet, podemos considerar que o sujeito travesti é apontado como um

sujeito supérfluo, como cita Hilário em Bertrand Ogilvie (2012), “aquele cuja força de trabalho já não é mais necessária ao modo de reprodução do capital em sua fase atual converte-se em portador de uma vida matável”.

Se os modos de vida dentro do sistema capitalista são baseados em troca de mercadorias dentro do eixo de socialização da compra e venda de trabalho, significa que as travestis está fora do circuito. Dentro, quando se fixa no mercado informal tendendo de recorrer ao corpo como saída de sobrevivência, dentro de um sistema que não legitima sua subjetividade e suas formas de produção de vida, distantes da matriz heterossexual e compulsória de institucionalização do modo de viver e designadas a prostituição, como corpos abjetos.

2.1 REPRESENTAÇÕES MUDIÁTICAS DE DANDARA E BREVE ANÁLISE DE COMO O JORNALISMO PAUTA A TRAVESTILIDADE

“Quando subiu na moto que a levaria ao local onde o vídeo de seu espancamento foi feito, Dandara dos Santos deu tchau e sorriu para quem estava ao redor”, conta a matéria *Dandara dos Santos: a travesti prestativa, alegre e cheia de amigos* da repórter Sara Oliveira do jornal O Povo. De acordo com a matéria Dandara tinha 42 anos e se viu mulher aos 18 anos, quando não abandonou mais roupas curtas. A narrativa jornalística segue Dandara foi para São Paulo por volta dos 25 anos e lá morou por dez anos. Voltou a Fortaleza e descobriu ter HIV. A mãe, Francisca Ferreira de Vasconcelos, 72, aposentada, segundo Sara, sabia das constantes humilhações que a filha sofria por ser travesti.

Um mês depois, no dia 25 de março de 2016 o jornal publicou a matéria de Igor Cavalcante *MPCE detalha como agiu cada um dos envolvidos na morte de Dandara*. Ao todo foram 12 envolvidos, e um ainda não foi identificado, e nove foram capturados pelo assassinato. Em esquema, o jornal O Povo especificou e detalhou como agiu cada no homicídio. Quatro são adolescentes e entre os agressores, eles são os mais violentos, um deles sendo responsável pela pedrada que desfigurou o rosto da travesti. O jornal publicou no mesmo dia a matéria *Dandara, Hérika e Paulete: a demanda por respeito e justiça* pontuando mais três casos de violência um mês após a morte de Dandara.

Tomando como foco a narrativa jornalística do O Povo, vários outros meios de comunicação da mídia hegemônica também pautaram o caso como foi o G1, Folha de S. Paulo, Estadão, BBC Brasil, Agência Brasil e entre outros. Na imprensa internacional, o Daily Mail, The Sun e Mirror e o The New York Times. Tendo em vista a representação

construída da imagem da travesti Dandara na mídia, se vale questionar a forma como o jornalismo produz pautas sobre a violência LGBTT. Os desdobramentos da notícia e a materialidade do corpo ser significado pelo discurso da mídia hegemônica.

Ainda, o discurso midiático colabora para a manutenção de uma hierarquia entre as identidades de gênero, orientações sexuais e práticas sexuais dos sujeitos em prol da heteronormatividade. O pautado no caso Dandara não foi a negligência das políticas públicas para as pessoas LGBTT, isso foi um desdobramento da pauta. O que causou o furor por parte da mídia hegemônica foi o registro violento da morte de Dandara e o compartilhamento nas redes sociais.

Nesse mesmo movimento, a mídia deve ser caracterizada como uma construção discursiva obrigatoriamente co-determinada por vozes e operações que se realizam para além do espaço midiático, reconhecendo como fator intrínseco à midiatização, tanto a acolhida de outras falas, quanto a definição das condições dessa acolhida. Ao acolher outras palavras, a mídia passa a ser lugar de mistura e metamorfose (GUIMARÃES, 2006, p.51).

Uma imprensa livre de estereótipos também contribui para a manutenção da própria democracia, uma vez que garante os direitos fundamentais de todos. Desse modo colaboramos para o fim de práticas opressoras, produzindo contradiscursos que contestam veemente, expõem as falhas da materialidade discursiva no jornalismo, fornecendo soluções para um melhor exercício, mais ético, plural e humanizado. A boa representação de diferentes identidades nos meios de comunicação, pesquisas sobre gênero e sexualidade juntas ao amplo debate sobre Direitos Humanos na cena política são a chave para a criação de políticas públicas com respeito à comunidade LGBT.

Neste contexto de articulações do cotidiano e contradições sociais, observamos de acordo com Festa (1986), que os movimentos sociais atuam na busca por espaços democráticos, se estruturando com grupos negados pela classe detentora do poder em torno de projetos alternativos. Observamos a perspectiva de estar reorganizando uma noção de poder, na tentativa de diluir uma repartição desigual devido à hierarquia dos discursos. Pensando as mediações, os atores sociais, e políticos, que tecem a trama comunicacional com seus dados simbólicos e imaginários do poder (MARTÍN-BARBERO, 2009).

Os jornalistas têm que identificar novas posturas diante da pluralidade identitária. Devem visar à liberdade de imprensa não só do meio político, da censura, mas também da economia, do capital e interesses privados. Uma série de valores e

comportamentos implícitos são tramados no cotidiano, decorrentes de um modelo pelo qual o corpo social se guia, com relações de poder tomadas pela identidade e diferença (SILVA, 2014). Os diferentes modos em que os indivíduos se baseiam, geram diferentes apropriações, interpretações. Esboçando um laço social, que abriga o ambiente do cotidiano, as relações midiáticas e as negociações de argumentos entre estes (GUIMARÃES, 2006).

Pois se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça. Derrida mostrou como a constituição de uma identidade está sempre baseada no ato de excluir algo e de estabelecer uma violenta hierarquia entre os dois polos resultantes – homem/mulher etc. Aquilo que é peculiar ao segundo termo é assim reduzido – em oposição à essencialidade do primeiro – à função de um acidente. Ocorre a mesma coisa com a relação negro/branco, na qual branco é, obviamente, equivalente a “ser humano”. “Mulher” e “Negro” são, assim, “marcas” (isto é, termos marcados) em contraste com os termos não marcados “Homem” e “Branco” (LACLAU, 1990, p. 33).

Os diversos aparelhos sociais que estão presentes desde o nosso nascimento e tendem a nos acompanhar por toda vida se não forem questionados e tencionados para que se pense sobre e ligue a fronteira entre o que é excluído e incluído, formam sujeitos que tendem a formular suas preferências de acordo com um dado pré estabelecido a ser seguido. Essa situação implica um falso reconhecimento do sujeito com a sua identidade, transitando na questão de que o nosso corpo é submetido a práticas e é maleável dentro delas como estuda Foucault (2006).

Uma imprensa livre é imprescindível para a manutenção da democracia onde os direitos de todos são respeitados. A análise aprofundada do exercício jornalístico se faz necessária para que a construção da notícia não signifique simplesmente a manutenção de velhos e opressores valores sobre as vidas da comunidade LGBT. Compreender o que Orlandi traduz quando afirma que “o dizer não é uma propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2009, p. 32):

A cultura em todas as formas de discurso, do jurídico ao científico, e dos meios de comunicação, ajuda na produção do “abjeto” como um tipo de diferenciação na qual se configura o excluído. O excluído é produzido no discurso; seu lugar é o silêncio que, em termos sociais muito concretos realiza-se na injustiça do não poder existir. Essa diferenciação precisa ser analisada e desmontada. Somente

aí é que algo como a liberdade de existir como se é entrava em cena. Não apenas porque existem muitas pessoas fora das classificações, mas porque é preciso desmontar as classificações para lugar à expressão singular contra todo um campo da experiência silenciada e, assim, proibida de existir ou condenada à morte (TIBURI, 2013, p. 26).

Através do discurso temos a disposição cultural a ser tomada pelo indivíduo. Sendo assim vemos uma questão histórica, dada como aspecto natural, que sempre esteve posto. Vemos que subverte com as normas do poder está à margem, excluído de um circuito social com normas colocadas e que se parece ter uma premissa que todos conheçam e sejam criados para conhecer pelos órgãos reguladores ao longo de sua vivência (SILVA, 2014).

O discurso midiático quando omite, reproduz opressão com as travestilidades. Seja por serem enquadradas frequentemente em grupos de risco da AIDS, por serem tratadas no masculino, sem direito ao tratamento do nome social pelos repórteres e serem descritas com tom de chacota em situações que foram forjadas exatamente por esse trato negligente da sociedade. A mídia hegemônica traduz que o lugar de travestis é o da marginalidade.

Consideramos que por sua imagem de confiança na distribuição de informações, o jornalismo pode construir e legitimar discursos que reificam práticas opressoras, uma vez que “o fundamento histórico do jornalismo está no conhecimento da realidade, na apuração dos fatos e na apresentação de narrativa correta, crível, isenta de opinião e de parcialidades” (DEL BIANCO, 2004, p. 8). Como diz Louro, “tudo isso permite dizer que os discursos ‘habitam corpos’, que ‘eles se acomodam em corpos’ ou, ainda mais contundentemente, que ‘os corpos, na verdade, carregam discursos como parte de seu próprio sangue’” (LOURO, 2004, p. 79).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Membe (2014), a necropolítica atua como um processo de execução em série, mecanizado e transformado em um procedimento técnico, impessoal, silencioso e rápido. Facilitado pelos estereótipos, no caso, LGBTTfóbicos e com desenvolvimento de um preconceito também de classe. O autor fala que a relação entre modernidade e terror são provenientes de múltiplas frentes. Ele destaca a paixão do público por sangue e as noções de justiça e vingança. Ao citar Foucault em *Vigiar e Punir*, ressalta a

execução pública do camponês regicida Damiens que dura várias horas principalmente por satisfazer a multidão.

Compondo a relação poder-saber, os meios de comunicação podem reiterar as estereotipações disseminadas no senso comum, como Foucault relata, “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2000, p. 31). O pedido de socorro de Dandara em poucos minutos de vídeo ecoa sobre a multidão. O registro e, por conseguinte a reprodução do discurso legitimado na violência urbana na mídia hegemônica, aponta como exemplo de funcionamento da necropolítica na periferia do capitalismo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Necropolítica:** seguido de Sobre el gobierno privado indirecto. Tradución y edición: Elizabeth falomir Archambault. Melusina [sic], 2011.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam:** sobre os limites discursivos do "sexo". Trad. Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

_____. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

_____. **Vida Precária.** Tradução de Angelo Marcelo Vasco. In: Contemporânea. 2011, p. 13-33.

COLLING, Leandro. Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero? In: PELÚCIO, Larissa; et al.(Org.). **Olhares plurais para o cotidiano:** gênero, sexualidade e mídia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DEL BIANCO, Nelia R. **A internet como fator de mudança no jornalismo.** 2004. Disponível em<<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, R.; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1986. p.9-30

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

_____. **História da sexualidade I:** vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **A vida dos homens infames.** In: _____. Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-22, 2003.

_____. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France. São Paulo: Perspectiva, 2008b.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: 23ª ed. Vozes, 2000b.

GUIMARÃES, Cesar. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano/** Organizado por Cesar Guimarães e Vera França. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. **Da Biopolítica À Necropolítica: Variações Foucaultianas Na Periferia Do Capitalismo.** Sapere aude – Belo Horizonte, v. 7 – n. 12, p. 194-210, Jan./Jun. 2016 – ISSN: 2177-6342.

LACLAU, E. **New Reflections on the Revolution of Our Time.** Londres, 1990.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação cultura e hegemonia/** Jesús Martín Barbero; Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides, 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MISKOLCI, Ricardo. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

_____. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

SILVA, Tadeu; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade & diferença. Petrópolis: Vozes, 2014.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a Teoria Queer.** Tradução de Vladimir Freire. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

TIBURI, Marcia. Judith Butler **Feminismo como provocação**, Revista Cult, Nº 185, 2013.